

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 99/XV/ 1.ª SL

Aos 10 dias do mês de maio de 2023, pelas 10:11 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na(o) Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, no âmbito do [requerimento](#) do GP BE sobre o não cumprimento do princípio da avaliação mais favorável nas avaliações feitas por junta médica.**
2. **Aprovação da ata n.º 97;**
3. **Discussão e votação parecer sobre o [Relatório](#) anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia – 2022;
Relator: Deputado Alexandre Simões (PSD)**
4. **Discussão e votação do parecer final da [Proposta de Lei n.º 73/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Aprova as Grandes Opções para 2023-2026;
Relator: Deputado Rui Vilar (PSD)**
5. **Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 714/XV/1.ª \(IL\)](#) – Elimina a obrigação de pagamento para cumprir a obrigação de preenchimento anual do IES;
Relator: Deputado Carlos Brás (PS)**
6. **Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 684/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Devolução de verbas do Fundo de Garantia Automóvel (FGA) a fim de reduzir o preço dos prémios de seguro automóvel [Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de Agosto];
Relator: Deputado Rui Tavares (L)**
7. **Discussão do [Projeto de Resolução n.º 521/XV/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Fundo de Garantia para os Riscos Climáticos e Sísmicos;**
8. **Deliberação sobre emissão de parecer para o [Projeto de Lei n.º 738/XV/1.ª \(CH\)](#) – Cria uma Comissão de Mediação no Decreto-Lei n.º 80-A/2022;
Cabe ao GP PS
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)**



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 99/XV/ 1.ª SL

9. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do CH, para audição do Governador do Banco de Portugal; Associação Portuguesa de Bancos; Associação de Defesa dos Clientes Bancários; Associação dos Lesados do Banif e Associação dos Lesados do Papel Comercial do BES;**
10. **Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 757/XV/1.ª](#) (BE) —
Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais e o Código do Imposto sobre o
Rendimento das Pessoas Singulares;
Cabe ao GP PS**
11. **Outros assuntos.**

-
1. **Audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, no âmbito do [requerimento](#) do GP BE sobre o não cumprimento do princípio da avaliação mais favorável nas avaliações feitas por junta médica.**

O Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças (COF) deu início à audição, cumprimentando o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais Nuno Santos Félix, enquadrando a audição no âmbito do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar (GP) do BE.

Em sede de primeira ronda, intervieram os Senhores Deputados Catarina Martins (BE), Miguel Matos (PS), Artur Soveral Andrade (PSD), Jorge Galveias (CH), João Cotrim de Figueiredo (IL) e Duarte Alves (PCP), tendo o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais respondido individualmente às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Sofia Andrade (PS), Artur Soveral Andrade (PSD), Jorge Galveias (CH), João Cotrim de Figueiredo (IL), Duarte Alves (PCP) e Catarina Martins (BE). O Senhor Secretário de Estado respondeu ao conjunto de questões colocadas.

Na terceira ronda, intervieram os Senhores Deputados Sofia Andrade (PS), Artur Soveral Andrade (PSD), Jorge Galveias (CH) e Catarina Martins (BE), tendo o Senhor



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 99/XV/ 1.ª SL

Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais respondido conjuntamente às perguntas colocadas.

O Senhor Presidente agradeceu a disponibilidade do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais pela presença e pelos esclarecimentos prestados, dando por concluída a audição

A audição foi gravada em suporte vídeo, o qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação vídeo pode ser consultada na [página internet](#) da audição.

2. Aprovação da ata n.º 97;

O Senhor Presidente colocou a ata supracitada a discussão. Não tendo havido pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou a ata a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, na ausência do CH, BE, PAN e L.

3. Discussão e votação parecer sobre o [Relatório](#) anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia – 2022; Relator: Deputado Alexandre Simões (PSD)

O Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) apresentou o parecer do qual foi relator.

Ato contínuo, tomou a palavra o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS), que agradeceu a sua elaboração, assim como aos serviços pela nota técnica, antecipando que o acompanharia.

De seguida tomou a palavra o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), que agradeceu o trabalho do Senhor Deputado Relator, antecipando que o voto que iria exercer era relativo ao relatório em si, considerando que não haveria votação do mesmo noutra sede. Neste sentido, afirmou que a estratégia da União Europeia e do governo português era diferente do que o seu GP defendia, designadamente no tocante ao aprofundamento da união bancária e de capitais, criticando ainda o que considerava ser um atropelo à soberania fiscal, financeira e orçamental dos Estados-Membros. Como



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 99/XV/ 1.ª SL

tal, dirigiu o sentido de voto relativamente às políticas comunitárias e ao plano nacional, cumprimentando o autor do parecer.

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) agradeceu igualmente a elaboração do parecer e, da mesma maneira que o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), antecipou que a votação favorável do mesmo não implicaria uma apreciação totalmente favorável do trabalho feito pelo Governo junto das instâncias Europeias.

Por fim, interveio o Senhor Deputado Rui Afonso (CH), que também agradeceu a elaboração do parecer e afirmou que votaria a favor do mesmo.

O Senhor Presidente colocou o parecer a votação, tendo o mesmo sido aprovado com os votos a favor do PS, PSD, CH e IL e a abstenção do PCP, na ausência do BE, PAN e L.

4. Discussão e votação do parecer final da [Proposta de Lei n.º 73/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Aprova as Grandes Opções para 2023-2026; Relator: Deputado Rui Vilar (PSD)

O Senhor Deputado Rui Vilar (PSD) apresentou o parecer do qual foi relator.

Após a exposição, o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) começou por cumprimentar o Senhor Deputado relator, aproveitando o ensejo para salientar que seria a primeira vez que as Grandes Opções eram discutidas de forma desfasada do Orçamento, o que, para o seu GP, não seria indiferente. Desta maneira, o Senhor Deputado sinalizou a forma de como esta proposta de lei poderia ser tratada, visto que, nos outros anos, esta questão nunca se tinha verificado, por ser enquadrada no âmbito da discussão do Orçamento de Estado, deixando esta matéria para reflexão da COF.

Tomou a palavra o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS), que agradeceu a apresentação fundamentada pelo Senhor Deputado relator, assim como os serviços pela elaboração da nota técnica, antecipando que iria acompanhar o mesmo em sede de votação.

Usou ainda da palavra o Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL), que agradeceu o parecer elaborado, salientando o que tinha sido afirmado pelo Senhor



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 99/XV/ 1.ª SL

Deputado Duarte Alves (PCP), quanto ao processo orçamental, pois se este ano e nos vindouros fosse possível discutir as Grandes Opções e outras peças orçamentais, estas deveriam ser abordadas com mais profundidade, assim como a Conta Geral do Estado, para garantia da sua eficácia, apelando a uma reflexão estruturada, nos termos regimentais, para que a Comissão pudesse assumir uma calendarização destes vários momentos do processo orçamental.

De seguida, o Senhor Deputado Rui Afonso (CH) interveio para agradecer ao Senhor Deputado relator e afirmar que iria acompanhar o seu parecer.

O Senhor Presidente colocou o parecer a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do BE, PAN e L.

Quanto ao repto lançado pela Comissão, nomeadamente pelos Senhores Deputados Duarte Alves (PCP) e João Cotrim de Figueiredo (IL), o Senhor Presidente remeteu para o artigo 34.º da Lei de Enquadramento Orçamental, afirmando que este seria passível de densificação e de introdução de quaisquer outras diligências através de alteração, acrescentando que tal seria dificilmente concretizável através do Regulamento da COF, sendo matéria desenvolvida por lei.

**5. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 714/XV/1.ª \(IL\)](#) –
Elimina a obrigação de pagamento para cumprir a obrigação de
preenchimento anual do IES;
Relator: Deputado Carlos Brás (PS)**

O Senhor Deputado Carlos Brás (PS) apresentou o parecer do qual foi autor.

Após a sua apresentação, usou da palavra o Senhor Deputado Artur Soveral de Andrade (PSD), que elogiou e agradeceu o trabalho desenvolvido, afirmando que seria de grande utilidade.

O Senhor Presidente colocou o parecer a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do BE, PAN e L.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 99/XV/ 1.ª SL

6. **Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 684/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Devolução de verbas do Fundo de Garantia Automóvel (FGA) a fim de reduzir o preço dos prémios de seguro automóvel [Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de Agosto];
Relator: Deputado Rui Tavares (L)**

Face à impossibilidade de comparência do Senhor Deputado relator, o Senhor Presidente, considerando que o parecer estava em condições de ser votado por ter sido distribuído, e sabendo que a iniciativa referida estava agendada para o Plenário do presente dia, questionou os Senhores Deputados se o mesmo poderia ser votado. Não havendo objeções, foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência do BE, PAN e L.

7. **Discussão do [Projeto de Resolução n.º 521/XV/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Fundo de Garantia para os Riscos Climáticos e Sísmicos;**

Dando início ao presente ponto, usou da palavra o Senhor Deputado Miguel Matos (PS), que começou por apresentar o tema do projeto de resolução em apreço, cuja matéria já fora discutida em Plenário e com a Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), no sentido de ser criado um seguro de garantia para os riscos sísmicos, alargando-se o seu âmbito para os riscos climáticos. O Senhor Deputado fez referência aos fenómenos climáticos recentes que afetaram o território e aos sismos ocorridos noutros países, alertando para os danos causados, como forma de defender a criação de um mecanismo que acautelasse estas situações, já existente em vários países. Assim, com a experiência consolidada em matéria de seguros a nível interno e externo, propôs a regulamentação de um fundo de garantia para os riscos climáticos e sísmicos, de maneira a permitir uma maior satisfação em sede de indemnizações. O Senhor Deputado concluiu, apelando a uma rápida operacionalização por parte do Governo.

Aberta a fase de debate, tomou a palavra o Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD), que salientou a relevância do tema, embora ressalvando a natureza da resolução, aquém do que o país precisaria. Sinalizou os dois riscos cobertos, o climático e o sísmico, bem como os seus custos a nível humano e para o PIB, bem como os



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 99/XV/ 1.ª SL

conselhos da ASF neste sentido. Porém, defendeu que esta resolução seria uma proposta a jusante e não a montante, citando o exemplo da Turquia, cujas infraestruturas hospitalares já obedeceriam a um modelo de construção antissísmico japonês, mais afirmando que o GP PSD já houvera apresentado uma proposta de alteração ao Orçamento de Estado para 2023 que envolvia uma avaliação da vulnerabilidade sísmica dos edifícios, lamentando a sua rejeição pelo GP PS. Por fim, o Senhor Deputado defendeu que Portugal e o Governo poderiam fazer muito mais, referindo o mecanismo de isolamento base como sistema de proteção sísmica para hospitais, afirmando que mais soluções poderiam ter sido contempladas.

Interveio igualmente o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), que reiterou a insistência do GP PCP no sentido de reforçar a resistência sísmica dos edifícios, considerando que essa deveria ser a primeira linha de defesa, assinalando que a legislação aprovada nesta matéria iria em sentido contrário, relaxando os seus requisitos. A título de crítica, defendeu que o projeto de resolução em questão não concretizaria, de forma aprofundada, o objetivo a que se propunha, questionando, por exemplo, qual a fonte de financiamento do fundo. Em conclusão, sublinhou que a preocupação era legítima e que o Governo deveria ter esta reflexão com a ASF.

De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo, que começou por criticar a natureza do projeto de resolução, firmado como uma recomendação de teor vago e esquivo no que poderia, no seu entendimento, interessar, como o que sucederia com a partilha do risco, obrigatoriedade e custo. Defendeu que o tema era sério, merecia discussão, mas que qualquer iniciativa neste sentido não poderia omitir matérias relevantes, como as referidas e o financiamento do fundo.

Por fim, interveio o Senhor Deputado Rui Afonso (CH), que considerou o projeto de resolução uma abordagem tímida, apesar da sua fundamentação. Questionou quais seriam os pressupostos do funcionamento do fundo, em especial o seu financiamento, apelando a uma abordagem mais aprofundada. Asseverou que estava em causa uma iniciativa legítima, à luz dos últimos eventos ocorridos em dezembro do ano anterior, que teriam mostrado as vulnerabilidades dos países aos fenómenos climáticos. O Senhor Deputado antecipou que se iria abster, face à falta de eficácia que assistiria, no seu entender, ao projeto de resolução.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 99/XV/ 1.ª SL

Foi devolvida a palavra ao Senhor Deputado Miguel Matos, que registou a pertinência da preocupação relativamente aos riscos climáticos e sísmicos e em assegurar uma maior cobertura em matéria de seguros. Relativamente à forma da iniciativa, constituindo um projeto de resolução, e estando, por exemplo, o Fundo de Garantia Automóvel e o Fundo dos Acidentes de Trabalho regulamentados por decreto-lei, constatou que a Assembleia da República não tivera iniciativas nesta área e, portanto, esta corresponderia à melhor abordagem em termos de forma, referindo um anterior projeto de lei sobre a mesma temática da iniciativa do PAN. Pediu igualmente ao Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) que relesse o projeto de resolução, afirmando que este recomendava ao Governo que procedesse à regulamentação do fundo e não somente à sua avaliação, sendo só necessário averiguar o hiato de cobertura, no contexto da partilha de custos. Compreendeu a necessidade de concretização mencionada pelo Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL); todavia, declarou que seria preciso verificar como esta matéria se encaixaria na transposição de uma diretiva comunitária relativa aos seguros e ao direito ao esquecimento. O Senhor Deputado concluiu a sua intervenção, reportando-se ao ponto do GP PSD, quanto à proteção sísmica dos edifícios, já discutida em Plenário, afirmando que a legislação portuguesa seria mais ambiciosa que o próprio enquadramento europeu, apelando também a uma intervenção mais regulatória do que legislativa, sem prejuízo de uma intervenção no mercado segurador, prevista na resolução *sub judice*, atendendo ao número elevado de imóveis existente em Portugal.

O Senhor Presidente deu por concluída a discussão, informando que o projeto de resolução seria remetido a Plenário para ser objeto de votação.

- 8. Deliberação sobre emissão de parecer para o [Projeto de Lei n.º 738/XV/1.ª](#)
[\(CH\)](#) – Cria uma Comissão de Mediação no Decreto-Lei n.º 80-A/2022;
Cabe ao GP PS
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)**

Sublinhando a natureza subsidiária da competência da COF, o Senhor Presidente questionou o entendimento do GP PS sobre a eventual emissão de parecer para o projeto de lei supracitado.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 99/XV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) afirmou que a matéria caberia claramente à COF, tendo sido a iniciativa redistribuída por força do Grupo de Trabalho (GT) dirigido à habitação, no qual a Comissão tinha representação. Neste sentido, o Senhor Deputado considerou que não faria sentido a elaboração de parecer, sob pena de duplicação de trabalho, manifestando, todavia, disponibilidade para o mesmo.

O Senhor Presidente concordou, declarando que, excecionalmente, a temática em apreço fora objeto de um GT transversal e envolvendo três Comissões, pelo que foi deliberada a não elaboração de parecer por parte da COF.

9. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do CH, para audição do Governador do Banco de Portugal; Associação Portuguesa de Bancos; Associação de Defesa dos Clientes Bancários; Associação dos Lesados do Banif e Associação dos Lesados do Papel Comercial do BES;

O Senhor Deputado Rui Afonso (CH) apresentou o requerimento citado, reportando-se aos resultados líquidos dos cinco maiores bancos no ano de 2022 e ao papel da sociedade na salvaguarda do sector bancário, considerando incompreensível os resultados mencionados face às taxas de crédito a habitação praticadas em Portugal, das mais altas da Europa, e à remuneração dos depósitos a prazo, muito abaixo da média europeia. O Senhor Deputado defendeu que, anteriormente, os bancos privilegiavam a margem financeira em detrimento do comissionamento, sendo que, hoje em dia, enquanto a primeira aumenta, as comissões não baixam, pelo que afirmou que existe uma política comercial que tem de ser compreendida, por ter impacto para as famílias portuguesas e competitividade das empresas. Além do referido, o Senhor Deputado concluiu que as taxas elevadas têm contribuído para a inflação elevada, sublinhando o potencial risco de um oligopólio bancário que está a afetar as famílias e empresas.

Exposto o requerimento, o Senhor Presidente colocou-o à discussão, dando a palavra ao Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL), que afirmou ter ficado perplexo com a epígrafe e entidades convidadas, considerando que entre estas e o objeto do requerimento não haveria qualquer relação. Deste modo, declarou que o requerimento não lhe causava grande simpatia, especialmente porque um dos objetivos do mesmo



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 99/XV/ 1.ª SL

era explorar a política comercial dos bancos, considerando que tal não caberia à Assembleia da República, enquanto estes cumpram a lei. Mantendo o princípio de que não obstaculizaria a aprovação de requerimentos, afirmou que, ainda assim, não poderia votar a favor.

De seguida, tomou a palavra o Senhor Deputado Rui Vilar (PSD), que partilhou a estupefação do Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL), questionando onde tinha estado o GP CH na última audição, cuja iniciativa coubera ao GP PSD, na qual foram chamadas algumas das entidades visadas no presente requerimento e que tivera como objeto os temas agora pretendidos. Ato contínuo, antecipou que o PSD votaria a favor do requerimento apresentado, por estarem em causa matérias que suscitariam grande preocupação, sem deixar de considerar que aquele viria na sequência das declarações recentes do Senhor Presidente da República, que questionou o facto de os bancos terem apresentado eventuais lucros excessivos e até onde a banca deveria ir para compensar os períodos negativos anteriores. O Senhor Deputado concluiu, defendendo que este requerimento seria uma manobra de populismo e de aproveitamento político.

Usou da palavra o Senhor deputado Miguel Cabrita (PS), que salientou a preocupação da temática em questão, reportando-se às audições realizadas em março e abril, na COF, da Associação Portuguesa de Bancos, Deco, Banco de Portugal e Autoridade da Concorrência, interrogando-se sobre a oportunidade de se voltarem a ouvir estas entidades pouco tempo depois, manifestando espanto pelo acompanhamento do requerimento em análise por parte do GP PSD. Assim, atendendo ao contexto, antecipou que não votaria a favor.

Seguidamente, interveio o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), que assinalou, no seu entendimento, a mudança de discurso do GP CH adotada nos últimos tempos, afirmando que o proponente houvera defendido que não seria verdade que os juros baixos tivessem sido utilizados pelos bancos como desculpa para aumentar as comissões bancárias, quando defendeu, aquando da exposição do requerimento, o contrário. Nesta sequência, citou o Senhor Deputado Filipe Melo (CH) que, defendeu, afirmara que não poderiam existir limites aos lucros nem intervenção do Estado, concluindo pela inversão do discurso por mero oportunismo. Adicionalmente, o Senhor Deputado considerou que o requerente tinha associado dois temas sem ligação, como



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 99/XV/ 1.ª SL

os juros do crédito a habitação e as associações de lesados de instituições bancárias, chamando a atenção para a fiscalização feita pela pelas comissões de inquérito e pela COF relativamente às últimas. O Senhor Deputado reiterou que o requerimento *sub judice* seria uma tentativa de duplicar as audições realizadas recentemente, parecendo-lhe extemporâneo por não haver uma alteração substancial das circunstâncias, sem prejuízo do acompanhamento permanente.

Para encerramento do debate, foi devolvida a palavra ao Senhor Deputado Rui Afonso (CH), que respondeu ao Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL), afirmando que a política comercial dos bancos devia ser explorada, no caso de existirem indícios de abusos de mercado, em especial sabendo que um número reduzido de instituições bancárias controla a maior parte do sector. Relativamente ao mencionado pelo Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), referindo-se às formas de obtenção do lucro dos bancos, o Senhor Deputado Rui Afonso (CH) enquadrou o que entendia ser a evolução do contexto bancário: quando as margens financeiras diminuíram, os bancos aumentaram as comissões; agora, que aquelas estão a aumentar, as comissões não baixaram. Procurando salientar a questão primordial, considerou que, quando as entidades foram ouvidas na COF e quando o Governador do Banco de Portugal defendera que tudo estava bem, não existia a noção dos lucros avultados da banca, devendo este conhecimento ser conjugado com o facto de as instituições bancárias em Portugal serem das que remuneram pior, das que cobram mais em termos de juros no crédito a habitação e terem tido, em termos relativos, os resultados mais elevados da União Europeia. Quanto às associações de lesados, o Senhor Deputado reiterou que era necessário saber em que medida é que os seus integrantes estariam a ser reembolsados ou não e, portanto, saber também se existiria alguma mudança face aos resultados apresentados. Assim, defendeu que a presença anterior das entidades requeridas não inviabilizaria novas audições, em especial sendo atinentes a temas que estariam a impactar os consumidores, podendo a banca, no seu entendimento, propiciar um ambiente diferente para as famílias e empresas.

Findo o debate, o Senhor Presidente colocou o requerimento a votação, tendo o mesmo sido rejeitado com os votos contra do PS, a abstenção da IL e PCP e os votos a favor do PSD e CH, na ausência do BE, PAN e L.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 99/XV/ 1.ª SL

**10. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 757/XV/1.ª](#) (BE) —
Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais e o Código do Imposto sobre o
Rendimento das Pessoas Singulares;
Cabe ao GP PS**

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) afirmou que a relatora seria a Senhora Deputada Jamila Madeira (PS).

11. Outros assuntos.

O Senhor Presidente fez referência à tramitação pré-acordada para a Proposta de Lei n.º 64/XV/1.ª (GOV), adiantando que a sua votação na especialidade estaria agendada para dia 17 de maio, fixando-se o prazo para apresentação de propostas de alteração no dia 12 ou, eventualmente, dia 15.

O Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) questionou se ainda se estaria a aguardar pelo envio de contributos, ao que o Senhor Presidente informou que uma das entidades respondera, afirmando que não tinha nada a acrescentar, mantendo-se outras duas sem pronúncia, tendo já decorrido o respetivo prazo. Assim, e de modo a permitir, entretanto, o encaixe de eventuais respostas, ficou fixado o prazo para apresentação de propostas de alteração até dia 15 de maio, segunda-feira, às 18:00.

Por fim, o Senhor Presidente mencionou uma comunicação emanada do Gabinete da Senhora Ministra dos Assuntos Parlamentares, com origem no Ministério das Finanças, concernente a uma solicitação da OCDE para reunir com a COF no dia 18 de maio, das 14:00 às 15:00, afirmando que distribuiria a respetiva documentação aos Senhores Deputados Coordenadores, pedindo ainda que fossem enviados os nomes e contactos dos representantes para o efeito, dando por concluída a reunião.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 99/XV/ 1.ª SL

A reunião foi [gravada](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A reunião foi encerrada às 12:56 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de maio 2023.


O PRESIDENTE
(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 99/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Carlos Brás (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Jamila Madeira (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Miguel Matos (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Vera Braz (PS)
Alexandre Simões (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
João Barbosa De Melo (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Rui Afonso (CH)
João Cotrim Figueiredo (IL)
Duarte Alves (PCP)
Mariana Mortágua (BE)
Diogo Cunha (PS)
João Paulo Rebelo (PS)
Jorge Galveias (CH)
Catarina Martins (BE)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)
Hugo Costa (PS)
Rui Tavares (L)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 99/XV/ 1.ª SL

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves (PS)

Pedro Anastácio (PS)

Duarte Pacheco (PSD)

Patrícia Dantas (PSD)

Inês De Sousa Real (PAN)